

POR UMA GEOGRAFIA DA RE-EXISTÊNCIA. ESPAÇO, CORPO E PODER NA CONSTRUÇÃO DA UTOPIA POSSÍVEL DE UMA SOCIEDADE PÓS-CAPITALISTA¹

Edivan de O. Fulgencio²
Hindenburgo F. Pires³

RESUMO

Este artigo resulta de pesquisa científica do autor, através da qual se propõe uma Geografia ativa e militante junto aos coletivos populares, como novas formas de mobilização e organização de resistência. Busca-se uma reflexão a partir das notas de aula, discussões em sala e resenhas de autores da temática de Espaço, corpo e poder e sua interlocução com três eixos estruturantes da pesquisa de Geografia militante proposta. A qual enxerga os coletivos como espaços de esperança na disputa pelos comuns urbanos com as classes dominantes e o Estado cooptado. Bem como territórios de re-existência com potencial construtivo da utopia de uma sociedade pós-capitalista, como forma de resistência numa prática de Geografia militante

Palavras-chave: Geografia militante, resistência, re-existência, utopia, sociedade pós-capitalista.

ABSTRACT

This article is the result of the author's scientific research, through which an active and militant Geography is proposed with popular collectives, as new forms of mobilization and organization of resistance. A reflection is sought based on class notes, class discussions and reviews by authors of the theme of Space, body and power and their interlocution with three structuring axes of the proposed militant Geography research. Which sees collectives as spaces of hope in the dispute for urban commons with the ruling classes and the co-opted state. As well as territories of re-existence with the constructive potential of the utopia of a post-capitalist society, as a form of resistance in a practice of militant Geography

Keywords: Militant geography, resistance, re-existence, utopia, post-capitalist society.

¹ Artigo parte do Projeto de Pesquisa: A Geografia da resistência local na construção da sociedade pós-capitalista global. Bolsa de Doutorado: FAPERJ, Rio de Janeiro, 2023

² Doutorando e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, PPGEO/UERJ. edifull@yahoo.com;

³ Professor orientador: Pós-Doutor em Geografia Humana pela Universitat de Barcelona, UB, Espanha. hindenburgo@mail.com

Estamos assistindo neste primeiro quarto de século, a concretização das ameaças à continuidade da experiência humana no planeta, como a degradação social, ambiental e das relações humanas, evidenciando indícios do desmoronamento da sociedade de consumo capitalista como projeto de organização social. Segundo Frei Betto,

Absolutamente tudo o que temos feito nos últimos 200 anos, a busca do lucro e do aproveitamento máximo dos recursos da natureza sem nenhum cuidado com a preservação do meio ambiente, resulta no descontrole da cadeia da natureza, que é totalmente desarticulada pela intervenção humana. Muitos falam em “antropoceno”, ou seja, a era da intervenção total do ser humano na natureza; mas prefiro chamar essa situação de “capitaloceno”. Ou seja, a hegemonia total do capital, da busca do lucro, do lucro; tudo isso que causa um desequilíbrio total do ambiente natural. (Schijman, 2020)⁴

Atualmente, o enfrentamento mundial à destruição do planeta e das condições mínimas e dignas de subsistência humana provocadas pela onda neoliberal do final do século XX tem sido feito por setores e movimentos sociais que apresentam resistências a esse modelo socioeconômico em diversos países.

Fatores geradores de pressão popular surgem não só das ameaças climáticas e da desestruturação da sociedade do bem viver em comum, mas também da imposição de políticas ao redor do mundo contrárias ao bem-estar social e aos serviços do estado e de organizações para esta finalidade.

Movimentos populares contrários à concentração fundiária e ao império do agronegócio no campo, a políticas privatistas e de sobreposição do financeiro sobre o humano nas cidades, com revoltas contra as modificações nas aposentadorias, pela defesa da educação e saúde públicas gratuitas e de qualidade, as lutas pelos direitos humanos, a defesa do meio ambiente e de minorias, entre outras e inúmeras pautas, vêm animando grupos a se mobilizarem coletivamente ao redor do mundo.

Fulgencio (2020) acredita que, uma vez que estas iniciativas evoluam para estruturas interseccionais e interescolares, evoluindo na escala espacial de lutas locais, saltando para regionais e possivelmente inclusive pautas globais. Valendo-se entre outras ferramentas de organização, das modernas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), entendemos que,

⁴ SCHIJMAN, Barbara. Frei Betto: “*Es una ingenuidad total querer humanizar el capitalismo*”. Dialogos, Página 12. Argentina. 13.out.2020. Tradução do autor. Disponível em <https://www.pagina12.com.ar/298534-frei-betto-es-una-ingenuidad-total-querer-humanizar-el-capit>

coletivos urbanos, uma vez organizados e bem estruturados podem atender à esperança de Harvey (2016, p. 246) de que a partir das iniciativas coletivas locais “surjam movimentos sociais e políticos que digam “Já basta! ” e mudem nosso modo de viver e amar, sobreviver e nos reproduzir”. Tendo potência assim, para impactar o ciclo atual do modelo de acumulação capitalista.

A sociedade atual, antecipadamente entendida por Harvey (2008) como uma compressão espaço-tempo, parece extrapolar a tríade geo-histórica de Santos (2006) meio-natural, meio-técnico, meio-técnico-científico-informacional. Vai ser percebida por Leopoldo (2016), como uma sociedade neoliberal, globalizada e sua característica de organização em rede, propiciada pelo enorme avanço tecnológico das telecomunicações e meios de transporte. Esta nova estruturação espacial global e, ao mesmo tempo, regional vai configurar a sociedade metropolitano-financeira, como modelo substituto do modelo urbano-industrial.

A economia metropolitano-financeira é uma nova fronteira capitalista, um novo momento articulado e convergente à economia agrário-comercial e economia urbano-industrial. Ela domina, mas mantém traços, processos e contradições vinculadas às economias precedentes. Cada uma dessas economias determina meios para suas respectivas sociedades e mobiliza espaços e tempos de seu presente histórico e geográfico (LEOPOLDO, 2016, p.9).

Porém, esta nova organização social e econômica, como fruto de mais uma evolução do processo histórico capitalista, se revela como mais um aprofundamento da crise que afasta as pessoas espacialmente, ao mesmo tempo, em que, Segundo Lefebvre, as segrega socialmente.

Para a classe operária, rejeitada dos centros para as periferias, despojada da cidade, expropriada assim dos melhores resultados de sua atividade, esse direito tem um alcance e uma significação particulares. Representa para ela ao mesmo tempo um meio e um objetivo, um caminho e um horizonte; mas essa ação virtual da classe operária representa também os interesses gerais da civilização e os interesses particulares de todas as camadas sociais de "habitantes", para os quais a integração e a participação se tornam obsessivas sem que cheguem a tomar eficazes essas obsessões [...] Só o proletariado pode investir sua atividade social e política na realização da sociedade urbana. Só ele também pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem, portanto, a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do homem urbano para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tomam obra, apropriação, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material. (LEFEBVRE, 2008. p.139, 140).

Busca-se, então, organizar a resistência ao sistema capitalista e sua apropriação do espaço. Bem como, propor e construir uma nova forma de vida, em um novo meio social transformado e renovado por novas e mais humanas relações sociais.

Nossa utopia, apreendida no contato com os coletivos populares, espaços de luta pelo direito à cidade, contrapondo-se ao cenário de unificação global do pensamento e do modo de

vida afetado pelas contradições próprias da sociedade capitalista neoliberal, é de que estas mobilizações locais sejam os agentes mobilizadores e motivadores da estruturação e organização de contestações sociais, com a potência da identidade de cada um, porém reconfiguradas na possibilidade de mobilização e execução da mudança a partir das ações de muitos. Ou seja, a coletividade, de onde pode surgir um movimento anticapitalista global, estruturado e único, conforme Harvey (2016)

Imagine ainda, se a alienação da experiência contemporânea do trabalho, do consumo compensatório que nunca satisfaz, dos níveis incalculáveis de desigualdade econômica e discordância na relação com a natureza diminuísse por conta de uma onda de descontentamento popular com os excessos do capital. [...] os movimentos de oposição – altamente fragmentados, mas numerosos – podem convergir e se juntar num movimento solidário mais unificado contra o domínio do capital. (HARVEY, 2016, p.247)

Para nós, esta utopia é uma construção possível. Desde que, os coletivos e mobilizações em andamento, construídas e articuladas sob as mais diversas pautas: direitos humanos, questões étnico-raciais, direito das mulheres, LGBTQIA+, indígenas, justiça socioambiental e tantas outras, possam se organizar em um único movimento revolucionário planetário, conforme proposto por Harvey (2016). Haja vista, a ocorrência de mudanças importantes na economia mundial a partir do início do século XXI, tornadas possíveis por governos de origem popular formados a partir de partidos oriundos dos movimentos sociais.

Principalmente, no nosso entendimento, o Geógrafo pode e deve mover-se pelo espaço-tempo auxiliando com sua práxis nesta construção, no que vamos defender como uma Geografia militante, na qual adotamos a seguinte metodologia:

1. Analisar práticas de Geografia ativa, a partir de temas mobilizadores como o Direito à cidade, Geografia urbana, metropolização, passagem da sociedade urbano-industrial para metropolitano-financeira e o paradigma ambiental.
2. Efetuar uma revisão teórica das categorias e temáticas geográficas norteadoras do modelo de atuação e prática do Geógrafo que o permita atuar ativamente junto aos atores de transformação espacial e social, atuando conforme Fals-Borda (2009) para quem, o pesquisador social deve pesquisar a realidade para transformá-la.
3. Propor como método, a **Análise Geográfica Contributiva**. Uma prática de pesquisa geográfica militante (Barthol, 2015), e como experimento desta, acompanhar a construção de uma utopia possível, a consolidação do Fórum Socioambiental da Zona Oeste, como articulador local de conexões a nível regional e nacional. Bem como, sua integração a movimentos anticapitalistas globais.

1. A disputa pela vida no capitalismo da meritocracia.

Diferentemente do espaço e dos meios e técnicas de reprodução do capital, as forças e fatores de produção não se alteraram ao longo da evolução histórica do Sistema capitalista. Subsiste por mais de dois séculos a lógica de produção escalar de capital a partir da exploração da força de trabalho e apropriação dos bens comuns naturais, tratados como recursos.

Porém, uma nova lógica de alienação advinda pós-sociedade de consumo dirigido⁵, se faz necessária. Mais do que a mera subsistência, a força de trabalho precisa ser levada a crer em uma certa felicidade, ainda que momentânea, propiciada pelo novo modo de vida. Esta lógica consiste em proporcionar desejos, os quais serão atendidos ou saciados pela dedicação maior e eficaz na entrega de esforço para produção de mais mercadorias, bens e serviços, os quais nem sempre se podem alcançar, mas nada impede de serem almeçados. Ao contrário, a submissão da necessidade ao desejo estimula e faz circular o ciclo capitalista de produção. Eixo motor da moderna economia de mercado.

Esta relação, que ao longo da consolidação da sociedade de consumo típica do século XX vai se aprimorando, culmina com a superação da percepção de mais valia pelo trabalhador. Passa a predominar um senso comum, produzido pela classe dominante, de que a competência gera resultados e sucesso, destinado aos poucos obstinados que mais e melhor se dedicam em suas tarefas. Subordinam-se assim os que não detêm capital, ou não o possuem a certo montante que garanta status de maior escala na pirâmide social, entregando seus corpos e mentes à formulação conhecida como Teoria da Meritocracia. Esta nova proposição leva a uma disputa intraclasse, superando no consciente coletivo a dialética e histórica disputa entre classes predominante e característica do capitalismo clássico.

Segundo Althusser (1980), vai colaborar para esta nova visão, a massificação proporcionada pelos meios dispersores de ideologia, como artes, esportes e a educação. Meios estes que reproduzem o discurso da possibilidade de ascensão social pela meritocracia. Complementando o discurso formulador, aplicam-se a força e a ação de aparelhos repressivos e ideológicos do pós-moderno Estado capitalista neoliberal, que não disfarça em acomodar-se

⁵ Sociedade burocrática de consumo dirigido é um termo utilizado por Lefebvre (2008) para designar a Sociedade surgida a partir da segunda revolução industrial, com a introdução do fator consumo, como indutor da maximização de produção capitalista.

ao lado dos capitalistas, em detrimento da função de mediador social, que pensadores desde a Grécia Antiga lhe atribuíram ao longo da história.

Cabe aqui uma reflexão do que seja ideologia, pois ao contrário do senso comum que atribui à ideologia o sentido de coletânea de ideários deste ou aquele pensamento formador, ou desta ou daquela tendência de comportamento, como reformista ou conservadora, liberal ou restritiva, social ou de mercado, de esquerda ou de direita, entre tantas outras contradições dicotômicas.

Para Chauí (2008, p.7) ideologia é “um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma se assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política” por parte da classe dominante. Assim, a ideologia não é de fato um ato intelectual, metafísico. É uma prática social que constrói imagens e valores que ocultam a realidade social da classe dominada.

Ou seja, a ideologia se manifesta como um corpo de ideias, valores prescritivos e regulados para funcionarem como uma explicação racional que justifique a aceitação, principalmente pelas classes subalternas, das divisões da sociedade em classes, ocultando a origem desta divisão na organização econômica da sociedade capitalista.

Na sociedade neoliberal, a organização social, mais do que a pirâmide de classes, segue uma configuração similar ao modelo organizacional empresarial de hierarquias de corpos em esquemas sistêmicos de comando e poder. Essa estrutura vai se repetir nos governos, igreja, escola, família e demais grupos sociais. Ora, se é aceita a organização social de camadas subjugadas pela sobreposição de outras, aceita-se também a organização econômica, favorecendo os imperativos modelos criados a partir do norte planetário, como por exemplo, a imposição do estado mínimo, proporcionado pela privatização dos serviços.

Privatizam-se desde os serviços sociais entregues à lógica de mercado (mundo real) até as relações interpessoais (mundo dos sentimentos, do afeto). Entrega-se à igreja, à escola, aos analistas, à mídia social, o entendimento e a concretização das relações humanas. As quais devem ser, como o mercado, as mais padronizadas possíveis. Segundo Chauí (2008) advém daí o ódio ao diferente e ao fora do padrão aceito como “normal” pela sociedade de consumo capitalista.

Os corpos e grupos que não se adequam a esta ideologia, são excluídos e podem [ou até devem] ser vistos como ameaça ao *modus vivendi*. Está dado o panorama para a cultura de ódio

ao diferente: LGBTQIA+, negros, indígenas, mulheres e tantos outros corpos, famílias e grupos sociais que não se adequem à ideologia dominante.

Para o pensamento hegemônico atual, o neoliberalismo, não importa tanto mais se o Estado é público ou privado (embora esta seja sua preferência, devido aos níveis de submissão da classe política aos detentores do capital), dado o estágio atual do capitalismo global sem fronteiras. Apesar disso, o Estado vai funcionar sobretudo a partir de seus meios de repressão. Principalmente, mas não exclusivamente, o aparato policial, como instrumento de docilização dos corpos (Foucault, 1987).

A partir de Foucault (1987) podemos entender esta docilização dos corpos como um adestramento para a percepção de que é bom, ou no mínimo mais prático e garantidor de sucesso neste tempo-espço. Ser um cidadão do bem, pacato, dócil e principalmente conservador, pois estes corpos não incomodam o sistema e o status quo estabelecido, ao qual por meio de regras e comandos bem recebidos e aceitos são condicionados a obedecer, sem qualquer questionamento. Ao contrário até sublimam os poderes estabelecidos e os referendam a partir da aceitação e encampação de suas práticas e crenças baseadas em valores como moral e bons costumes.

Foucault (1988) define como biopoder, o manejo da disciplina e a administração das possibilidades de viver e viver bem, como educação, habitação, saúde, como o fundamento do Estado moderno, baseado na máxima fazer viver, deixar morrer. Aplicar a disciplina como condicionante à ideologia dominante (no caso do liberalismo, a supremacia do mercado) é função do Estado moderno, e seus aparatos coercitivos e disciplinadores como, por exemplo a polícia e seus métodos.

A extrapolação máxima dessa função do Estado, aliado e ao mesmo tempo cooptado pelos entes dominantes do mercado, se manifesta na perceptível dialética decisão necropolítica de quem merece viver e quem pode morrer (Mbembé, 2016). Ou, nos casos dos espaços negligenciados onde foram negadas as mínimas condições de higiene, sociabilidade e adequação às regras do mercado.

Quando nestes espaços distópicos⁶, os corpos considerados fora dos padrões estabelecidos são identificados, e mais grave ainda, se ousam questionar os processos pelos quais foram destinados e instados a transitar e coabitar apenas estes espaços e negados a outros tantos, tornam-se alvo da necropolítica (Mbembé, 2016). Ou seja, são elegíveis ao poder morrer, decidido pelo Estado. Principalmente, quando questionam e reclamam acesso aos espaços, não só para convívio, mas disputando as esferas de decisão e participação não só social, mas também cultural e política, mulheres, negros, LGBTQIA+, indígenas, PCDs e tantas outros corpos diferentes do estereótipo macho, branco, hetero, capitalista.

Mais que associando estas proposições de Foucault (1987,1988) e Mbembé (2016), relendo-as de forma crítica sob a égide de estudos sobre a formação do Estado Brasileiro e seus agentes e processos formadores, Berenice Bento (2018) propõe o termo necrobiopoder, que

unifica um campo de estudos que tem apontado atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida. Dessa forma, proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver (BENTO, 2018, p. 7).

É possível deduzir a partir de Berenice Bento (2018) que o Estado é um agente distribuidor de forma não igualitária do reconhecimento de humanidade. Valendo-se de seus diferentes dispositivos de poder, efetiva uma desigual distribuição do Direito à vida. Configura-se assim uma Necrobiopolítica, a qual é identificada como matriz da formação do Estado brasileiro. Tendo como expressões desta, a negação do outro em função do eu, num necrobiopoder herdado da colonização europeia. Sociedade em que corpos que não atendam ao conjunto de formulação branca, racional, cristã e heterossexual, são considerados abjetos e sua pilhagem e assassinato constituem a formação do povo brasileiro.

São exemplos desse nefasto modus constitutivo do povo brasileiro, rituais e ritos de eliminação do outro, como por exemplo a escravização dos negros, a negação de vida e marginalização redundante da população carcerária, os autos de resistência praticados

⁶ Cabe salientar aqui que neste caso a distopia é dialética. Não se refere à contradição destes espaços degradados pela produção capitalista, em relação a possíveis espaços destinados a estes corpos em uma sociedade socialista, anarquista ou igualitária. Mesmo o capitalismo liberal em sua utopia de vocação natural ao desenvolvimento não consegue chegar, (sequer se interessa por isso) a ser realidade nestes espaços tão marcantes de exclusão encontrados sobretudo nos guetos e periferias urbanas dos países em desenvolvimento. Além disso, manifestam-se estes espaços distópicos de total exclusão, devido à crise capitalista atual, cada vez mais presentes nas passagens urbanas dos países altamente industrializados.

indiscriminadamente pelas polícias e órgãos repressores. Além do extermínio e subjugação dos povos originários e suas terras e culturas.

Esse necrobiopoder para além de ser uma forma estruturante do Estado brasileiro, extrapola os limites do Estado e vai ser absorvido por diferentes camadas da população, a qual a partir de diferentes modos de discurso de alienação, o reproduzem e assumem como modus operandi. A ponto de chegarmos ao ponto de aceitação e valorização da violência estatal e assumir-se muitas vezes o lugar deste Estado senhor da vida e da morte, produzindo próprio cidadão a sua violência particular, segundo Berenice Bento (2016) a violência difusa, a qual retira do Estado a responsabilidade plena pela consolidação de violência institucionalizada na sociedade brasileira.

2. Psicopolítica, liberdade nem dentro da cabeça.

Os três conceitos até aqui discutidos e atravessados por nossa discussão: biopoder, necropolítica e necrobiopolítica sustentam uma boa base teórica para entendimento do espaço-tempo em que vivemos. Sob a égide do neoliberalismo, por quem vai ser amparado e cooptado de um Estado subserviente em excesso ao deus mercado e extremamente agressivo e agressor com os cidadãos, principalmente os corpos considerados abjetos (Bento, 2018).

Para ilustrar, o Estado brasileiro durante o mandato do presidente Bolsonaro, ganhou a pecha de ser “Tigrão” com o povo e “Tchutchuca” com o mercado. Alcunhas lançadas contra o ministro da Economia, Paulo Guedes⁷ e do próprio presidente Jair Bolsonaro⁸ com o “Centrão”, grupo político historicamente adepto do fisiologismo e do alinhamento ao governo em troca de favores, como cargos públicos e orçamentos milionários.

Por questões já discutidas aqui referentes à própria história e processos de formação do povo e da sociedade brasileira, as identidades abjetas vão ser encontradas principalmente nos extratos populares e nas classes trabalhadoras, as quais

⁷ Gazeta do Povo, 03.abr.2019: *Paulo Guedes é chamado de 'tchutchuca com ricos e tigrão com pobres' . Sessão termina em confusão.* Por Jéssica Sant'Ana e Giorgio Dal Molin. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/paulo-guedes-e-chamado-de-tchuchuca-com-ricos-e-tigrão-com-pobres-sessão-termina-em-agressão/> , acesso em 10.out.2022

⁸ Folha de São Paulo, 18.ago.2022 : *Wilker Leão chama Bolsonaro de 'tchutchuca do centrão.* Por Marianna Holanda. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/bolsonaro-e-chamado-de-tchutchuca-do-centrao-e-se-envolve-em-confusao-no-alvorada.shtml> , acesso em 10.out.2022.

[...] nos processos de produção capitalista, operada no meio urbano a partir da industrialização, estabelecem contratos (formais ou não) com as classes dominantes. O Estado deveria funcionar como um justo mediador destes contratos. Isso não ocorre, pois o Estado capitalista, cooptado pelas classes dominantes, toma posição a seu lado, com elas estabelecendo uma relação de consenso. Os cidadãos tornados consumidores (Lefebvre, 2008; Harvey, 2014; Dardot, Laval, 2017) na cidade que deixa de ser obra e passa a ser produto e, ao mesmo tempo, produtora do urbano, neste cenário vão reclamar (ou, caso não atendidas, reivindicar) demandas diversas. As quais, não atendidas, devido à apropriação dos bens comuns pelos capitalistas de forma desigual, vão se tornar bandeiras de lutas, com as mais diversas identidades e pautas. (FULGENCIO, 2020, p.92)

O neoliberalismo produz então fórmulas e formas de minimizar a capacidade dos indivíduos se tornarem cidadãos capazes de proporem pautas de disputas de classes em forma de pautas. Ao contrário, interessa cada vez mais torná-los consumidores. De forma sutil e subliminar, num mundo pós-moderno das ~velozes redes de comunicação e transporte, torna-se uma estratégia de mercado produzir formas de aceitação e alinhamento ao *modus vivendi* neoliberal.

A política mais que institucional, deixa de ser localizada em palanques e discursos e atinge a intelectualidade e a produção de pensamento das pessoas. Han (2018) nomeia a esta construção de psicopoder pelo neoliberalismo, Psicopolítica. Uma espécie de controle do Estado capitalista não só sobre corpos, mas sobre as mentes, gestado a partir da emoção. Tendo como referências Heidegger, Foucault e Deleuze, o autor vai questionar o princípio liberal da extrema liberdade, ao apontar as crises do sujeito causadas por este modelo mais que econômico, um paradigma político e social.

Han identifica como uma técnica do neoliberalismo a apropriação da emoção nos tempos atuais como motor de produção capitalista pelo viés do consumo. O capitalismo da emoção vai identificar a sensação de liberdade como fator explorador de possibilidades pessoais de realizações a partir de conquistas propiciadas não por realizações humanas (afetos), mas por estados de espírito (sentimentos). Ser livre então é deixar as emoções correrem soltas e traduzir esta liberdade em mais consumo. Ainda que, com prejuízos financeiros ou pessoais aos indivíduos.

Podemos citar como exemplos desta técnica neoliberal de explorar a subjetividade do “ser livre” que leva ao agir por impulso, tão necessário à efetivação do consumo, que faz girar a “roda do capitalismo”, ou seja, o ciclo de produção capitalista. Em contraponto à Objetividade que leva à racionalidade, ao pensar se o valor de uso daquele bem ou serviço supera o valor emotivo que gera o impulso da compra.

Sub estas perspectivas, Han (2018, p.66) vai analisar a aceleração da comunicação como fator de favorecimento à transformação das tomadas de decisão de objetivas para subjetivas. De racionais para emotivas, a aceleração dos nossos dias leva a uma ditadura da emoção. O Capitalismo da emoção é uma extrapolação do modelo anterior da sociedade de consumo pautada na necessidade, para uma sociedade consumo dirigida pelo desejo, pela vontade⁹, que quando não atendida se torna em angústia.

Podemos apontar como consequências desta ditadura a que todos somos expostos agressiva e ininterruptamente ante nível de endividamento e os problemas pessoais e sociais causados por este modelo de sociedade, alcoolismo, drogas, crises de stress e ansiedade. Aí se dá outro aspecto profundamente cruel e anti-humano do capitalismo.

Han (2018, pp. 67, 68) identifica então o manejo das emoções pelo mercado e pelo Estado, como um controle psicopolítico do indivíduo. Num ambiente de meritocracia, em que o indivíduo obtém sucesso e crescimento pela capacidade de se adaptar emocionalmente e traduzir isso em produção por um lado e consumo por outro no ciclo capitalista, não obter o que se quer consumir é sinal de fraqueza e incompetência não mais técnica ou física, e sim emocional.

Surgem no ambiente empresarial e rapidamente chegam às outras esferas da organização social, termos como competência (ou inteligência) emocional. Os Departamentos de Recursos Humanos das empresas, os quais paradoxalmente deveriam cuidar dos indivíduos tornam-se catequizadores (em algumas empresas surge o termo evangelistas) das normas e procedimentos voltados para a maximização de produção e garantia da disciplina na organização e na sociedade.

Aceitar e se enquadrar o mais rapidamente às normas e lucrar com elas com energia e ações que demonstrem este engajamento é visto como “positividade” e os indivíduos que assim respondem são mais bem recompensados. Os contrários ou que não se enquadram a este modelo são excluídos dos círculos sociais e empresariais e tidos como ineficientes, inoperantes, e não aderentes ao modelo, podendo ser dispensados. Surgem então o “Management” emotivo, os treinamentos motivacionais, o coach e toda sorte de ferramentas para controle psicopolítico do indivíduo.

⁹ Impossível não remeter aqui à reflexão proposta por Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto em “Comida”, 2ª faixa do Álbum Jesus não tem dentes no país dos banguelas (Titãs, 1987), onde os artistas questionam: “Você tem sede de que? Você tem fome de que? [...] Desejo, necessidade, vontade...”

3. Como resistência, propomos a re-existência

Como resistir a esse estado de coisas, uma vez imersos sem opções de outra vida, neste momento, diferente da conectada, inserida e subjugada, uma vez que absorpta pelo imperativo sistema mundo atual, num completo abuso da vida (Rolnik, 2019)?

Segundo Rolnik,

Em sua nova versão, é da própria vida que o capital se apropria; mais precisamente, de sua potência de criação e transformação na emergência mesma de seu impulso, ou seja, sua essência germinativa -, bem como da cooperação da qual tal potência depende para que se efetue em sua singularidade. A força vital de criação e cooperação é assim canalizada pelo regime para que construa um mundo segundo seus desígnios. Em outras palavras, em sua nova versão é a própria pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência, suas funções, seus códigos e suas representações que o capital explora, fazendo dela seu motor. Disso decorre que a fonte da qual o regime extrai sua força não é mais apenas econômica, mas também intrínseca e indissociavelmente cultural e subjetiva - para não dizer ontológica -, o que lhe confere um poder perverso mais amplo, mais sutil e mais difícil de combater. (ROLNIK, 2019, pp. 32-33)

Complementa ainda a autora, que nesta nova realidade da exploração capitalista,

Não basta agir na esfera macropolítica, onde atuam tradicionalmente as esquerdas, sobretudo as institucionais - isso explicaria inclusive sua impotência face aos rumos atuais do regime colonial-capitalístico. Segundo a visão introduzida por autores que pensaram a nova relação entre capital e trabalho colocando seu foco na apropriação pelo capital da potência de criação [...] - especialmente Tom Negri e Michael Hardt, que designaram a nova dobra do regime por "capitalismo cognitivo" -, a resistência hoje passaria por um esforço de reapropriação coletiva dessa potência para com ela construir o que tais autores chamam de "o comum" (ROLNIK, 2019, p.33).

Aqui, concordamos com a própria autora e com os autores citados em seu ensaio, e acrescentamos que Dardot e Laval (2017) ponderam que a reapropriação, distribuição e uso coletivo dos Comuns, sejam eles naturais, econômicos, urbanos é a grande revolução do século XXI. Aqui concordamos ainda e percebemos a convergência dos autores no ponto de esta revolução se dar no campo da Micropolítica.

Rolnik (2019) entende que o abuso da vida gerado pelo poder capitalista neoliberal sobre os corpos dos indivíduos produz um inconsciente colonial-capitalístico. Na subjetividade o indivíduo recria os embates de forças e formas do mundo social. A essa tensão de forças, a autora chama de inconsciente pulsional. A política do desejo seria então o ajustamento cognitivo das experiências do sujeito frente às experiências fora do sujeito. As repostas geradas a estes impulsos pelo motor do desejo orientam nossas ações no regime inconsciente colonial-capitalístico de forma submissa ou estruturante.

A forma submissa, guiada pelo instinto de conservação da vida, leva a uma negociação com os outros corpos viventes, proporcionando no mais das vezes uma entrega total à expropriação da própria força de criação, contraditória com a capacidade de libertar o próprio corpo para garantir-lhe seu destino de uma vida nobre, prolífera, singular... uma vida. A esta forma denomina-se Micropolítica reativa.

A Micropolítica reativa, guiada pela bússola moral, posiciona o sujeito de forma submissa ao inconsciente (individual ou coletivo) colonial-capitalístico, ao expropriar sua força de criação. No próprio sujeito se inicia e termina seu horizonte. Nesse contexto o sinônimo para sujeito é indivíduo, ou seja: indivisível.

Surdo aos efeitos de forças externas, esse sujeito, ao invés de representar um germen do mundo que habita, pela moral é tornado um corpo estranho, aterrorizado que deve ser calado a qualquer custo e rapidamente. Sua visão de mundo é comparável a uma repartição estável de elementos fixos e imutáveis, cada corpo em seu suposto “devido” lugar, igualmente fixo. O teor alucinatório desta imagem proporciona uma manutenção do status quo. O mundo precisa ser mantido como é, ou como foi estabelecido, ainda que por outros. No capitalismo liberal, a classe dominante. Se o mundo se dissolve, o indivíduo se dissolve junto. É a angústia do sujeito provocada pelo mal-estar da dicotomia, fim do mundo=fim do eu.

Nesse momento se dá a dificuldade, ou desconforto em sustentar-se na tensão corpo sujeito x indivíduo fora do sujeito, ao que a autora vai chamar “estranho-familiar”(ROLNIK, 2019, p.56)

Na outra forma, de Micropolítica na qual nos embatemos, a bússola ética guia para as demandas da vida, gerando o ímpeto de ação individual ou coletiva. Reapropriando-se de sua potência e reavivando o poder do inconsciente colonial-capitalístico que expropria esse corpo, ele responde numa ação de Micropolítica ativa.

Conforme Rolnik,

Insurgir-se nesse terreno implica que se diagnostique o modo de subjetivação vigente e o regime de inconsciente que lhe é próprio, e que se investigue como e por onde se viabiliza um deslocamento qualitativo do princípio que o rege. Sem isso, a tão aclamada proposta de reapropriação coletiva da força criadora como profilaxia para a patologia do presente não sairá do laboratório das ideias, correndo o risco de permanecer confinada no plano imaginário e suas belas ilusões alentadoras elas mesmas dispositivos de captura. Proponho designar por "inconsciente colonial-capitalístico" a política de inconsciente dominante nesse regime, a qual atravessa toda sua história, variando apenas suas modalidades junto com suas transmutações e suas formas de abuso da força vital de criação e cooperação. Nesse sentido, podemos também designá-lo por "inconsciente colonial-cafetinístico", pelas razões acima evocadas. (ROLNIK, 2019, pp. 36,37)

Embora estes paradoxos políticos sejam interiores a cada um, segundo Rolnik (2019) eles na esfera social compõem com encontro com outros sujeitos que experimentam a mesma política perversa imposta pelo regime, o encontro de formas e forças estabelece uma superfície topológica relacional onde se desenvolvem os encontros que podem gerar insatisfações coletivas.

Para Butler (2018), quando esta Micropolítica ativa subjetiva, no espaço do convívio e das disputas sociais, encontra outros corpos,

[...] uma reunião é realizada em nome do corpo vivo, um corpo com direito a viver e a persistir, até mesmo a florescer. Ao mesmo tempo, não importa sobre o que seja o protesto, ele também é, implicitamente, uma reivindicação por poder se unir, se reunir em assembleia, e de fazê-lo livremente, sem medo da violência policial ou da censura política. Então, embora o corpo em sua luta contra a precariedade e a persistência esteja no coração de tantas manifestações, ele também é o corpo que está exposto, exibindo o seu valor e a sua liberdade na própria manifestação, representando, pela forma corpórea da reunião, um apelo ao político. Afirmar que um grupo de pessoas continua existindo, ocupando espaço e vivendo obstinadamente já é uma ação expressiva, um evento politicamente significativo, e isso pode acontecer sem palavras no curso de uma reunião imprevisível e transitória. Outro resultado “efetivo” dessas representações plurais é que elas deixam claro o entendimento de que uma situação é compartilhada, contestando a moralidade individualizante que faz da autossuficiência econômica uma norma moral precisamente sob condições nas quais a autossuficiência está se tornando cada vez mais irrealizável. (BUTLER, 2018, pp.

Neste contexto, os problemas sociais se avolumam e as formas tradicionais de organização política destas assembleias, dados os acontecimentos fartamente noticiados e alardeados, muitas vezes sem critérios, pela mídia, se mostram incapazes de motivar o povo para a luta por seus direitos básicos.

Percebe-se no cenário do embate político institucional, o surgimento dos coletivos populares, os quais representam estas assembleias de corpos lutando em conjunto pela defesa de suas vidas contra o abuso das classes dominantes frente às suas singularidades: corpos pretos, favelados, periféricos, mulheres, indígenas, LGBTQIA+, movimentos por moradia e por direito à cidade.

Aparentando tratar-se de uma nova forma de mobilização popular, vão atrair principalmente as camadas mais jovens da população. Camadas estas, desencantadas em seus estratos sociais, com as formas tradicionais de organização social e política: igrejas, partidos, associações de moradores, sindicatos, ONGs e movimentos sociais tradicionais.

Os coletivos apresentam-se para estes estratos sociais como alternativa de mobilização e resistência popular, atuando e lutando em espaços muitas vezes negligenciados pelo poder público. Apresentam-se ainda como resposta à falta de políticas públicas voltadas para os

problemas acarretados pela transformação espacial e ocupação territorial desordenada e geradora de conflitos: mobilidade urbana, saúde, educação, cultura, lazer, etc.

Harvey (2014) enxerga estes grupos organizados e conscientes de seus direitos se apresentando para a disputa pelos comuns urbanos, já que é nisto que o espaço rural de outrora se transformou, cidade com seus equipamentos e serviços os quais devem ser, por princípio, de posse e uso de todos os cidadãos, ou seja, Comum. Palavra, a qual deve ser apropriada para a disputa pelos bens e direitos urbanos pelos coletivos, uma vez que para Dardot e Laval (2017) precisa ser entendida como o princípio originador e orientador das lutas e mobilizações no contexto pós-globalizado do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o enfrentamento mundial à onda capitalista neoliberal, com resistências de diferentes formas e grupos em diversos países às inflexões ultraliberais, como as modificações nos direitos a aposentadorias, a privatização da educação e saúde, além de outros direitos básicos, as questões étnico-raciais, direitos das mulheres, a defesa do meio ambiente e de minorias, entre outros, vêm animando grupos a se mobilizarem coletivamente.

Nossa Tese é de que uma vez que estas iniciativas evoluam para estruturas interseccionais e interescolares, evoluindo na escala espacial de lutas locais, saltando para regionais e possivelmente inclusive pautas globais. Valendo-se entre outras ferramentas de organização, das modernas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), uma vez organizadas e bem estruturadas podem atender à esperança de Harvey (2016, p. 246) de que a partir das iniciativas coletivas locais “surjam movimentos sociais e políticos que digam “Já basta!” e mudem nosso modo de viver e amar, sobreviver e nos reproduzir”. Tendo potência assim, para impactar o ciclo atual do modelo de acumulação capitalista.

Apresentam assim uma potencialidade de dimensão multiescalar capaz de canalizar diversas demandas não atendidas pelo capitalismo e integrar em rede o movimento revolucionário global pensado por Harvey (2016).

A partir da temática proposta, mobilizações coletivas pelo direito à cidade em Campo Grande, relacionadas à utopia de um movimento anticapitalista global, analisamos os coletivos, interpretando-os como espaços de esperança (Harvey, 2004), na luta pelos comuns urbanos, em espaços historicamente observados como territórios de resistências, caso de Campo Grande, Rio de Janeiro.

i. Espaços de esperança: os coletivos estão transformando os movimentos sociais e outras formas tradicionais de organização política, com rejuvenescimento de ações e práticas,

inserção de novas pautas e bandeiras, além dos novos modos de se organizar e agir local, estruturando-se em redes capazes de gestar o movimento revolucionário anticapitalista global. Trafegando assim, entre distintas escalas políticas e geográficas, as quais proporcionam a dimensão espacial das diferentes desigualdades provocadas pela dinâmica de acumulação capitalista.

ii. **Comuns urbanos:** os equipamentos, a cultura, os serviços e a própria vida cotidiana, são defendidos, apropriados ou disputados politicamente nas mobilizações e ações coletivas pelo direito à cidade. O espaço onde se dá o embate entre os coletivos e o poder público pelo direito à cidade, é um espaço cindido pela disputa dialética e conflituosa pelos comuns urbanos (Harvey, 2014). Para Dardot e Laval (2017), o Comum é o princípio inspirador destas lutas e a autêntica revolução do século XXI.

iii. **Território de resistências:** a metropolização do Rio de Janeiro e os projetos de desenvolvimento brasileiros reconfiguraram espacialmente Campo Grande. Esta nova configuração espacial propiciou o surgimento de manifestações políticas de resistência, como os movimentos sociais e coletivos populares. Bem como, grupos de interesses paralelos disputando os comuns urbanos. Vimos a partir do referencial teórico estudado, que nessa disputa, os corpos sobretudo os considerados abjetos, dispensáveis, ou não produtivos são considerados descartáveis no espaço-tempo atual.

Porém, se configuram resistências, na forma de movimentos de re-existência, como os movimentos e grupos que se consolidam na Zona Oeste do Rio de Janeiro em Redes como o Fórum Socioambiental da Zona Oeste. Movimentos pelo Direito à moradia, comunidades tradicionais, pastorais sociais e Comunidades Eclesiais de Base resistentes, redes de agroecologia urbana, grupos de mobilização pela ecologia urbana, construção de propostas de políticas públicas como a Agenda Campo Grande 2030, baseada nos ODS (objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU, entre outros.

Cabe a nós Geógrafos, de forma crítica e atuante auxiliarmos com ferramentas de análise espacial, como nossa proposta de Análise Geográfica Contributiva, na construção da utopia possível. A sociedade pós-capitalista do bem comum para todos. Sociedade construída a partir de experiências de novas formas de organização social que salvem o planeta e os seres vivos, para uma nova forma de organização política e econômica mais justa para todos os corpos e formas de vida.



REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado aparelhos**. 3.ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

BARTHOLL, Thimo. **Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas**. Niterói, 2015. 433 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.

BENTO, Berenice. **Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?** Debate Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os Direitos Humanos, no Brasil. Cadernos Pagu (53), 16p. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530005> , acesso em 05.out.2022

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Trad. Fernanda S. Miguens 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Coleção primeiros passos, n.13. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 2008

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo, Boitempo. 2017. <Edição Kindle>

FALS-BORDA, Orlando, **Cómo investigar la realidad para transformarla**. CLACSO, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160308051848/09como.pdf>. Acesso em 09.out.2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FULGENCIO, Edivan de O. **Mobilizações coletivas de Campo Grande, RJ, do direito à cidade à utopia anticapitalista global**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UERJ. 176f, 2020.

HAN, Byung-Chul **Psicopolítica – O Neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo, Boitempo. 2016.



HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola. 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade, Sérgio Martins. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

LEOPOLDO, E. **Da Economia Urbano-industrial à Economia Metropolitano-financeira**. In: Mercator, Fortaleza, v. 15, n.4, p.7-14, out. /dez. 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. In: *Arte & Ensaios*, n.32, pp.122,151, 2016. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169> , acesso em 05.out.2022

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição. Notas para uma vida não cafetinada**. N1 edições, 2ª ed. 2019. (ebook, n1-edicoes.org)

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4a. ed. São Paulo, Universidade de São Paulo. 2006.